

# Economia

*-Brasil*

## FH recebe as propostas do ajuste

■ Presidente esteve reunido ontem com o ministro Pedro Malan e conheceu os detalhes das medidas fiscais que buscam o superávit

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – Fechadas as metas de superávit primário de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) para 1999, 2,8% do PIB em 2000 e 3% do PIB em 2001, com o Fundo Monetário Internacional, o pacote de medidas que vai tornar possível o cumprimento desses objetivos passa a obedecer ao calendário político. O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu as sugestões das medidas ontem do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Mas só vai anunciar-las na semana que vem, depois do segundo turno das eleições de governadores, quando serão enviadas ao Congresso Nacional.

A missão técnica brasileira que negocia com o FMI retorna a Washington no fim da semana que vem para completar seu trabalho: explicar ao fundo tudo o que o governo fará, de aumento de impostos, cortes de gastos e mudança do regime fiscal, para cumprir as metas acordadas.

O esforço fiscal para sair de um déficit primário de pouco mais de 0,5% do PIB este ano para um superávit de 2,6% do PIB em 1999 representa cerca de R\$ 28 bilhões, ou 3,1% do PIB, sendo que o produto ficaria estacionado em aproximadamente R\$ 905 bilhões. Ou seja, o crescimento da economia seria zero. E todo esse esforço tem uma função central: o superávit primário (que exclui os gastos com juros do setor público) de 2,6% do PIB, cerca de R\$ 23,5 bilhões, abriria espaço para produzir uma redução rápida das taxas de juros, diminuindo o déficit nominal de 7,5% do PIB este ano para a casa dos 4% no ano que vem, desafogando os gastos públicos de um lado e o setor produtivo, de ou-



Pedro Malan: ajuste fiscal inclui metas de superávit primário de 2,6% do PIB em 1999 e 3% em 2001

tro, do altíssimo custo do dinheiro.

As receitas de privatização para 1999 estão estimadas em R\$ 18 bilhões. Parte desse dinheiro será apropriado como receita de concessões e incluído na contabilidade do Tesouro Nacional como receitas correntes, o que alivia significativamente o esforço pela produção de superávit fiscal.

**Equilibrado** – O presidente cancelou a reunião com os líderes políticos aliados no Congresso, que ocorreria hoje, e deixou para a semana que vem a divulgação do pacote de medidas. O porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral, disse que o ajuste será "equilibrado", com aumento de receitas advindas de impostos, cortes de gastos e

as reformas estruturais da previdência social e administrativa. Disse também que algumas das medidas terão caráter "temporário" e informou que o presidente da República ainda discutirá com lideranças políticas antes de optar entre uma ou outra medida do leque de alternativas proposto por Malan.

Os técnicos brasileiros que estiveram em negociação com o FMI nos últimos quatro dias, comandados pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, não chegaram a acertar a parte que caberá ao governo federal, aos estados e municípios e às empresas estatais, na formação do superávit. Isso só será discutido no retorno a Washington, quando se acertará também

o modelo do acordo com o FMI.

Há duas hipóteses e, em ambas, a disponibilidade do FMI seria de entrar com cerca de US\$ 15 bilhões na formação do pacote de ajuda financeira ao Brasil: fazer um acordo *stand by* ou um *extended fund facility*. Em qualquer desses casos, o FMI liberaria os US\$ 15 bilhões em tranches trimestrais, depois de checado o cumprimento das metas fiscais acertadas ontem, que serão desdobradas em critérios de performance também trimestrais.

A expectativa do ministério da Fazenda é de que até meados de dezembro o pacote de ajuda financeira, de aproximadamente US\$ 30 bilhões, esteja disponível para o Brasil.

Brasília – Josemar Gonçalves

### MEDIDAS EM ESTUDO

**CPMF** – O governo decidiu elevar a alíquota da CPMF de 0,2% para 0,3% sobre os saques bancários.

**FEF** – O Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) será prorrogado até o fim de 1999 e sua participação nas receitas totais pode subir 20% para uma faixa entre 30% e 40%.

**IOF** – O governo pode ampliar de 2% para 10% a alíquota do IOF que incide sobre os gastos feitos com cartão de crédito no exterior, desestimulando a saída de dólares.

**GRANDES FORTUNAS** – O projeto que cria o Imposto sobre Grandes Fortunas tramita na Câmara. Os patrimônios acima de R\$ 4 milhões seriam taxados todo ano com alíquotas entre 0,1% e 0,7%.

**IRPJ** – As empresas não poderão deduzir do Imposto de Renda os juros que remuneram o capital próprio. Deve se tornar obrigatória a declaração com base no lucro presumido para todas as faixas.

**IRPF** – O governo deve manter a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para quem ganha acima de R\$ 1.800, até o ano 2001.

**GATILHO** – Projeto de lei complementar vai estabelecer cortes automáticos nas dotações orçamentárias quando os órgãos do governo estiverem ultrapassando os limites legais. O governo quer fixar limites bimestrais de gastos em 1999 para controlar melhor os orçamentos federal, estaduais e

municipais.

**SERVIDORES** – A alíquota de contribuição previdenciária do servidor público pode saltar dos atuais 11% para 15%. Também se estuda a criação de uma contribuição de 11% para os inativos da União.

**CIGARROS** – O imposto de exportação deve aumentar para 120% para frear o contrabando que, anualmente, gera um prejuízo de R\$ 1 bilhão em arrecadação interna à Receita Federal.

**COMBUSTÍVEIS** – O governo volta a estudar criação de um imposto sobre os combustíveis, cobrado na bomba, com uma alíquota que pode chegar a 10%.

**BANCOS** – Projeto de lei complementar tramita no Congresso para regulamentar as contribuições do sistema financeiro definindo que, para os bancos, faturamento equivalente a toda a receita bruta. O pagamento das contribuições (Cofins, PIS e sobre Lucro Líquido) significaria arrecadação de R\$ 1,2 bilhão ao ano.

**ORÇAMENTO** – O governo vai cortar cerca de R\$ 8 bilhões do orçamento de investimentos e custeio previsto para 1999.

**ESTADOS** – Estados e municípios também serão objeto de lei complementar que poderá prever, inclusive, a interrupção das transferências da União em caso de descumprimento das metas fiscais.